



Resposta 31/01/2020 19:21:53

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 ESCLARECIMENTO 01 1. Trata-se de PEDIDO DE ESCLARECIMENTO apresentado pela empresa DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, neste ato representado pela Sra. Kessia Silva. 2. Para bem responder, a Pregoeira solicitou manifestação da unidade demandante. Tal manifestação é acolhida por esta Pregoeira como fundamento para responder aos quesitos. 3. Questiona a empresa, em síntese: Questionamento 01: Será aceito cobrança da taxa DU? Manifestação da unidade demandante (Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP): O edital não prevê TAXA DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem. Resposta da Pregoeira: A manifestação da unidade demandante é suficiente, sendo adotada por esta Pregoeira como fundamento e como resposta à empresa. Questionamento 02: Qual empresa atende o contrato? Qual o valor da sua taxa? Manifestação da unidade demandante (Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP): O contrato atual é com a empresa V&P Serviços de Viagens, que ofertou desconto de 10,86%. Resposta da Pregoeira: A manifestação da unidade demandante é suficiente, sendo adotada por esta Pregoeira como fundamento e como resposta à empresa. Questionamento 03: Será permitido a participação de empresa consolidada, ou seja, empresa que compra bilhetes de uma consolidadora e não diretamente das CIAS AEREAS? Manifestação da unidade demandante (Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP): Poderão participar do certame as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, conforme detalhado no item 4.4. do Termo de Referência. Resposta da Pregoeira: A manifestação da unidade demandante é suficiente, sendo adotada por esta Pregoeira como fundamento e como resposta à empresa. 4. Esclarecida a questão e considerando que o esclarecimento não altera cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Esta decisão será disponibilizada nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO. Porto Velho, 31 de janeiro de 2020 Liz Cristina Pinto Duarte Pregoeira

Fechar